





<b>3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
<b>Waldir Chaves Braga Filho</b>		<b>42687</b>
<b>3.8 TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>3.9 CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>		
<b>Hellane Marcela Oliveira Silva</b>	<b>Supervisora de Unidade Judiciária</b>	<b>10576</b>
<b>Fernanda Sousa Vasconcelos</b>	<b>Assistente de Unidade Judiciária</b>	<b>10603</b>
<b>4 DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA</b>		
Nome: <b>Dra. Lucila Moreira Silveira</b>	<input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Unidades?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
<b>5 DA DEFENSORIA PÚBLICA</b>		
Nome: <b>Dr. José Roberto da Rocha</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Unidades?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>		
<b>(X) Vara da Fazenda Pública Comum (Competência Residual)</b>		
<b>7 DO ACERVO PROCESSUAL</b>		
Acervo atual (relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)		<b>1655</b>
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		<b>2861</b>
Data da Inspeção: <b>16/09/2015</b>	Nº CPA: <b>8502324-19.2015.8.06.0026</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Diminuiu <input type="checkbox"/> Aumentou	Diferença:	<b>1206</b>
Tramitação Processual <input type="checkbox"/> Físico <input checked="" type="checkbox"/> Digital <input type="checkbox"/> Físico/Digital		
<b>8 DA PRODUTIVIDADE</b>		
<b>DADOS DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES (FLS. 23/24)</b>		
<b>8.1 Produtividade da magistrada nos últimos 12 meses – Setembro de 2019 a Agosto de 2020</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	<b>644</b>	<b>64,4</b>
Acordos	<b>4</b>	<b>0,4</b>
Decisões	<b>730</b>	<b>73</b>
Audiências	<b>7</b>	<b>0,7</b>
Despachos	<b>2696</b>	<b>269,6</b>
<b>OBS.: A magistrada Ana Cleyde Viana de Souza esteve em gozo de férias nos períodos de 16/09/2019 a 05/10/2019 (20 dias) e 22/06/2020 a 11/07/2020 (20 dias), motivo pelo qual foi computada a média de 10 meses trabalhados.</b>		
<b>DADOS DA UNIDADE</b>		
<b>8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020, Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)</b>		
Processos novos		<b>371</b>

Processos pendentes de julgamento		<b>1420</b>
Processos julgados		<b>712</b>
Processos pendentes de baixa		<b>1655</b>
Processos baixados		<b>632</b>
<b>8.3 Gestão do acervo (Mês: Outubro – Ano: 2020, Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)</b>		
Processos conclusos para Sentença		<b>161</b>
Processos julgados e não baixados		<b>235</b>
Processos Suspensos		<b>89</b>
Processos Reativados no mês		<b>2</b>
Processos Transitados no mês		<b>103</b>
Processos em grau de recurso no mês		<b>43</b>
Processos remetidos a outro foro no mês		<b>3</b>
Processos arquivados definitivamente no mês		<b>132</b>
Processos entrados no mês		<b>31</b>
Processos julgados no mês		<b>46</b>
<b>8.4 Processos prioritários (Mês: Outubro – Ano: 2020, Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	<b>53</b>
	Pendente de Baixa	<b>61</b>
Doença Grave	Pendente de Julgamento	<b>3</b>
	Pendente de Baixa	<b>3</b>
Menor	Pendente de Julgamento	<b>1</b>
	Pendente de Baixa	<b>1</b>
<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias (Mês: Outubro – Ano: 2020, Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		<b>241</b>
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		<b>121</b>
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		<b>228</b>
Total		<b>590</b>
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade (Mês: Outubro – Ano: 2020, Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI)</b>		
Índice de processos com assunto cadastrado		<b>100,00%</b>
Índice de conformidade de classe (CNJ)		<b>100,00%</b>
<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)</b>		
<b>9.1 VISÃO GERAL</b>		
<b>9.1.1 Processos Conclusos</b>		
Para Despacho		<b>259</b>
Para Decisão Interlocutória		<b>10</b>
<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>		
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise		<b>23</b>
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?		<b>(X) Sim ( ) Não</b>

<p>Como é feito esse controle? <b>Todo despacho de reserva era feito utilizando o mesmo modelo de código (despacho de reserva), o que facilitava a localização desses por meio da ferramenta “Gerenciador de Arquivo” disponível no sistema SAJ. Com a retirada desse modelo, passou-se a utilizar a colocação da tarja azul “pedido liminar e tutela antecipada”.</b></p>	
<b>9.1.2 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim ( ) Não
<p>Como é feito? <b>A Unidade, mensalmente, faz uma busca por todos os processos que estejam com a situação processual “julgado”, a fim de conferir se os atos processuais exigidos pelo julgamento já foram devidamente adimplidos. Caso inexistir recurso ou reexame necessário, faz-se então a certificação do trânsito em julgado, gerando-se em seguida a respectiva guia de pagamento dentro do próprio sistema SAJ. Após, a parte é intimada para comprovar o pagamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de omissão, é então expedido ofício à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para inscrição do débito em dívida ativa, como prevê o art. 13, da Lei Estadual nº 16.132/2016.</b></p>	
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	170
Ações Cíveis Públicas	68
Ações de improbidade administrativas	12
<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (DADOS DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA UNIDADE JUDICIÁRIA – FLS. 20/22)</b>	
<b>10.1 Processos com Representação</b>	
<p><b>1. 0239256-24.2000.8.06.0001 – Representação por Excesso de Prazo nº 8501013-17.2020.8.06.0026 (Processo arquivado na Corregedoria Geral da Justiça no dia 27/08/2020, após encerramento do monitoramento, e no Conselho Nacional de Justiça previamente em 22/04/2020 – Representação por Excesso de Prazo nº 0000871-59.2020.2.00.0000)</b></p>	
<p><b>2. 0244655-34.2000.8.06.0001 – Representação por Excesso de Prazo nº 8501098-03.2020.8.06.0026 (Processo arquivado na Corregedoria Geral da Justiça no dia 31/08/2020, após encerramento do monitoramento, e no Conselho Nacional de Justiça previamente em 03/06/2020 – Representação por Excesso de Prazo nº 0002001-84.2020.2.00.0000)</b></p>	
<p><b>3. 0510542-78.2000.8.06.0001 – Representação por Excesso de Prazo nº 8503334-25.2020.8.06.0026 (Processo arquivado na Corregedoria Geral da Justiça no dia 15/09/2020 e atualmente aguardando a comunicação ao Conselho Nacional de Justiça)</b></p>	
<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Cartas precatórias (Mês: Outubro – Ano: 2020, Relatório SEI gerado em 19/10/2020)</b>	
Pendentes	9
<b>12 DAS AUDIÊNCIAS (DADOS DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA UNIDADE JUDICIÁRIA – FLS. 20/22)</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	21
Total de audiências realizadas	8
Audiências não realizadas	1
Audiências canceladas/redesignadas	3
Audiência designada com a data mais distante	08/10/20

<b>12.2 Situação geral (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	<b>12</b>
Processos aguardando a realização de audiência	<b>10</b>
<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>servidor específico</b> <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>servidor específico</b> <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não
<b>14 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO</b>	
Processos em andamento: <b>290 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0030802-19.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de nunciação de obra nova ajuizada em 02/04/2012. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para despacho desde 21/06/2017. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0211489-54.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de concessão de adicional de gratificação em condições especiais (40%) ajuizada em 21/11/2013. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para despacho desde 10/07/2019, com quesitos orientadores da perícia judicial já apresentados pelas partes. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0861015-04.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de cobrança c/c indenização ajuizada em 22/05/2014. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para despacho desde 11/06/2018, com certificação de decurso de prazo das partes em 28/02/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO</b>	
Processos em andamento: <b>10 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0862905-75.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 30/05/2014 perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (Juizado Especial) e julgada em 29/05/2015, com desconstituição da sentença pela 1ª Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado do Ceará no dia 28/06/2016, ordenando a remessa dos autos para uma das Varas da Fazenda Pública. Processo redistribuído para a 14ª Vara da Fazenda Pública da Capital em 09/03/2017, encontrando-se concluso para decisão desde então. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0187266-37.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de nunciação de obra nova ajuizada em 20/08/2013. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para decisão desde 29/08/2018. À Juíza da Vara, para impulso oficial.

0211177-10.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de nunciação de obra nova ajuizada em 01/12/2015. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para decisão desde 05/08/2019, aguardando análise sobre o pedido liminar incidental (alegação de descumprimento de ordem judicial). À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b>	
Processos em andamento: <b>161, segundo dados extraídos do SEI – Relatório gerado em 19/10/2020.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0889824-04.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 16/09/2014. Feito contestado e replicado, encontrando-se concluso para sentença desde 01/06/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0008737-98.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 03/02/2010 e conclusa para sentença desde 01/06/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0156912-97.2011.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória ajuizada em 12/08/2011 e conclusa para sentença desde 05/10/2016. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
<b>14.4 PROCESSOS CONCLUSOS URGENTE</b>	
Processos em andamento: <b>41 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0412669-29.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação indenizatória ajuizada em 22/06/2010. Feito contestado e replicado, com encerramento da prova oral requerida pela autora em 09/04/2018, haja vista não ter comparecido a audiência do dia 28/07/2016. Processo concluso para despacho desde 21/03/2019, após manifestação do demandado acerca dos quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0187093-08.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de cobrança ajuizada em 01/12/2016. Feito contestado e replicado, com deferimento da produção de prova testemunhal e pericial no dia 17/06/2019. Processo concluso para despacho desde 11/09/2019, após manifestação das partes acerca dos quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0105489-88.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 30/01/2017 perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (Juizado Especial), com declinação da competência em razão da necessidade de perícia quanto à deficiência alegada pela autora. Processo redistribuído para a 14ª Vara da Fazenda Pública da Capital em 10/07/2017, encontrando-se concluso desde 29/07/2019, após manifestação das partes acerca dos quesitos a serem respondidos pelo perito judicial e indicação de assistente técnico. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.5 PROCESSOS CONCLUSOS CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b>	
Processos em andamento: <b>222 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

0841846-31.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de desapropriação ajuizada em 24/02/2014 e julgada em 10/05/2016, após homologação judicial da concordância da ré sobre o preço ofertado na inicial. Título executivo que fixou o valor indenizatório ainda pendente de levantamento, em virtude da existência de penhora sobre o imóvel expropriado. Processo paralisado desde o ano de 2016, havendo nos autos diversas petições ainda não apreciadas. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0014354-39.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de repetição de indébito ajuizada em 18/02/2010 e julgada em 29/04/2013. Cumprimento de sentença iniciado em 05/11/2013. Processo paralisado desde o ano de 2017. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
184510-55.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 07/08/2013 e julgada em 07/04/2015, com confirmação da sentença em instâncias superiores e trânsito em julgado do feito após decisão do Superior Tribunal de Justiça. Autos retornados à origem em 01/12/2017. Processo paralisado desde o ano de 2018, havendo nos autos pedido de cumprimento de sentença ainda não apreciado. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.6 PROCESSOS AGUARDANDO ANÁLISE DE SECRETARIA</b>	
Processos em andamento: <b>339 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0098172-20.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 03/09/2009 e julgada em 04/10/2012, com confirmação da sentença em instância superior e trânsito em julgado do feito.. Autos retornados à origem no ano de 2014. Processo impulsionado em 31/08/2020, quando foi determinada a juntada pelo Estado do Ceará dos comprovantes de adimplemento das RPV's, encontrando-se o feito em fase de decurso de prazo.
0920700-39.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de desapropriação ajuizada em 29/12/2014 e julgada em 22/10/2016, sem resolução do mérito, após pedido de desistência formulado pelo Estado do Ceará. Processo paralisado desde o ano de 2019, havendo nos autos petição do ente estatal ainda não apreciada (fl. 81). À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0159382-91.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 10/08/2017 e julgada em 14/01/2019, sem resolução do mérito, após pedido de desistência formulado pela parte autora. Autora condenada ao pagamento de custas (já recolhidas) e honorários advocatícios (10% da multa efetivamente paga). Processo impulsionado em 22/01/2020, encontrando-se o feito aguardando resposta de ofício encaminhado à Caixa Econômica Federal em fevereiro de 2020. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.7 PROCESSOS AGUARDANDO ENCERRAMENTO DE ATO</b>	
Processos em andamento: <b>1754 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 19/10/2020)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

0019166-27.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de desapropriação ajuizada em 08/03/2010 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 24/04/2020, quando foi determinada a renovação da intimação do Estado do Ceará para manifestação sobre o despacho de fls. 535/536. Manifestação do expropriante em 19/06/2020. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0122256-85.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 05/11/2009 e ainda não julgada. Feito contestado e replicado. Processo impulsionado em 27/05/2020, quando foi determinada a intimação do autor para manifestação sobre os argumentos apostos na petição de fls. 784/758. Manifestação do requerente em 22/06/2020. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0875867-33.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 28/07/2014. Feito contestado e replicado. Processo impulsionado em 19/08/2020, quando foi determinada a intimação das partes para que manifestem interesse na produção de novas provas. Processo em fase de decurso de prazo.
<b>14.8 PROCESSOS VINCULADOS AO ESTATUTO DO IDOSO</b>	
Processos em andamento: <b>61, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 19/10/2020.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0183218-93.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 08/11/2017. Pedido de tutela de urgência indeferido em 09/11/2017. Feito contestado e replicado, com ministerial ofertado pelo Ministério Público no dia 20/08/2018. Processo paralisado desde então e concluso para despacho. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0916693-04.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Embargos à execução ajuizados em 12/12/2014. Impugnação aos embargos ofertada. Pronunciamento do Ministério Público no dia 24. Processo paralisado desde o ano de 2019, com conclusão em 21/11/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0140332-50.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 18/03/2015. Feito contestado e replicado, com deferimento de prova pericial. Processo impulsionado em 10/08/2020, quando foram fixados os honorários periciais, a serem adiantados pelas partes no percentual de 50% para cada um. Processo aguardando desde agosto de 2020 a juntada da comprovação do depósito judicial do referido montante, havendo nos autos objeção do Município de Fortaleza (autor) quanto a proposta de honorários periciais. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
<b>14.9 MANDADOS DE SEGURANÇA</b>	
Processos em andamento: <b>170, segundo dados extraídos do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0142064-61.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de segurança impetrado em 25/06/2018 e concluso para sentença desde 25/04/2019. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0122782-03.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de segurança impetrado em 10/04/2019 e concluso para sentença desde 19/09/2019. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.

0188983-74.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de segurança impetrado em 06/11/2019 e concluso para sentença desde 05/05/2020. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
<b>14.10 PROCESSOS INSERIDOS EM META 2, 4 e 6, DO CNJ</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0139695-12.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 11/12/2009 e ainda não julgada. Feito impulsionado em 14/07/2020. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 2, do CNJ.
0030582-94.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 03/05/2007 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2017. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 2, do CNJ.
0158050-26.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 10/08/2016 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2018. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 4, do CNJ.
0163867-76.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 21/05/2013 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 14/07/2020. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 4, do CNJ.
0035854-93.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 10/09/2012 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 08/01/2020. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 6, do CNJ.
0186902-65.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 19/08/2013 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2019. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento dessa demanda, cumprindo a Meta 6, do CNJ.
<b>14.11 PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS</b>	
Processos em andamento: <b>590, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 19/10/2020.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0033608-71.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação cautelar inominada ajuizada em 08/06/2005 e conclusa para sentença desde 11/02/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0079917-82.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação cautelar inominada ajuizada em 03/10/2007 e conclusa para sentença desde 24/02/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0889824-04.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 16/09/2014 e conclusa para sentença desde 01/06/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
<b>14.12 PROCESSOS OBJETO DE REPRESENTAÇÃO NOS ÚLTIMOS 24 MESES</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

0239256-24.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 10/04/1995 e julgada no ano de 1997, com confirmação da sentença em instância superior e trânsito em julgado do feito. Autos retornados à origem no ano de 2008, com início da fase de cumprimento de sentença. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0244655-34.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 01/06/1995 e julgada em 16/02/1998, com parcial reforma da sentença em instância superior e trânsito em julgado do feito. Autos retornados à origem no ano de 2003, com início da fase de cumprimento de sentença. Processo impulsionado em 25/09/2020. Autos já recebidos pela Assessoria de Precatório do TJCE, aguardando o regular andamento da fila para o seu adimplemento. À Secretaria Judiciária para cumprir integralmente a decisão de fl. 629.
0510542-78.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 13/11/2000 e julgada em 26/12/2002, com confirmação da sentença em instância superior e trânsito em julgado do feito. Autos retornados à origem no ano de 2007, com início da fase de cumprimento de sentença. Processo impulsionado em 28/09/2020, com cumprimento da determinação pela Secretaria Judiciária, encontrando-se o feito em fase de decurso de prazo de intimação.
<b>15 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>15.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020: 68,40%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	<b>Não informado em relatório</b>
2017	<b>75,17%</b>
2018	<b>72,42%</b>
2019	<b>72,48%</b>
2020	<b>69,25%</b>
<b>15.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020: 138%)</b>	
2017	<b>130,09%</b>
2018	<b>176,33%</b>
2019	<b>151,48%</b>
2020	<b>170,35%</b>
<b>15.3 Meta 1 (Meta para 2020 &gt; 100%)</b>	
2017	<b>124,25%</b>
2018	<b>167,80%</b>
2019	<b>177,97%</b>
2020	<b>191,91%</b>
<b>15.4 Meta 2 (Meta para 2020: 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	<b>624</b>
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2020 (conforme listas anexas)	<b>529</b>
Total de processos julgados	<b>95</b>
2020 – Percentual de Atingimento	<b>15,22%</b>
Total de Processos a serem julgados até Dezembro/2020 para cumprir a Meta 2, do CNJ	<b>405</b>
<b>15.5 Meta 4 (Meta para 2020: 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	<b>6</b>
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2020 (conforme listas anexas)	<b>6</b>

Total de processos julgados	<b>0</b>
2020 – Percentual de Atingimento	<b>0%</b>
Total de Processos a serem julgados até Dezembro/2020 para cumprir a Meta 4, do CNJ	<b>5</b>
<b>15.6 Meta 6 (Meta para 2020: 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	<b>40</b>
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2020 (conforme listas anexas)	<b>36</b>
Total de processos julgados	<b>4</b>
2020 – Percentual de Atingimento	<b>10%</b>
Total de Processos a serem julgados até Dezembro/2020 para cumprir a Meta 6, do CNJ	<b>20</b>
<b>15.7 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2018	<b>0</b>
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	<b>0</b>
<b>16 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
<b>17 RECLAMAÇÕES</b>	
<b>NÃO FORAM REGISTRADAS RECLAMAÇÕES.</b>	
<b>18 RECOMENDAÇÕES</b>	
<p><b>I) Cumprir a Meta 1, do CNJ, no ano de 2020 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), atualmente no percentual de <u>191,91%</u> (Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI). Observou-se que a Unidade atendeu a mencionada Meta nos últimos três anos (2019: <u>177,97%</u>, 2018: <u>167,80%</u>, e 2017: <u>124,25%</u>).</b></p>	
<p><b>II) Cumprir a Meta 2, do CNJ, no ano de 2020 (identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016), sentenciando no mínimo <u>405</u> feitos, uma vez que a Unidade apresenta o percentual de atingimento de <u>15,22%</u>.</b></p>	
<p><b>III) Cumprir a Meta 4, do CNJ, no ano de 2020 (identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão), sentenciando no mínimo <u>5</u> feitos, uma vez que a Unidade apresenta percentual de atingimento <u>zero</u>.</b></p>	
<p><b>IV) Cumprir a Meta 6, do CNJ, no ano de 2020 (identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017), sentenciando no mínimo <u>20</u> feitos, uma vez que a Unidade apresenta o percentual de atingimento de <u>10%</u>.</b></p>	

<p>V) Cumprir a Meta estabelecida pelo TJCE de 68,40% para o ano de 2020 em relação à Taxa de Congestionamento, a qual atualmente encontra-se na 14ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza em percentual de <u>69,25%</u> (Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI). Observou-se que a Unidade não atendeu a Meta de 2019, que era de 70,80%, porquanto ao final do ano apresentou o percentual de <u>72,48%</u>.</p>
<p>VI) Cumprir a Meta estabelecida pelo TJCE de 138% para o ano de 2020 em relação ao Índice de Atendimento à Demanda – IAD, o qual atualmente encontra-se na 14ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza em percentual de <u>170,35%</u> (Relatório gerado em 19/10/2020 – SEI). Observou-se que a Unidade atendeu a Meta de 2019, que era de 124%, porquanto ao final do ano apresentou o percentual de <u>151,48%</u>.</p>
<p>VII) Providenciar, <u>no prazo de 90 dias</u>, a baixa dos processos julgados e não baixados, já que, conforme os dados obtidos do sistema SEI (Relatório gerado em 19/10/2020), existem <u>235</u> processos em tal situação em Outubro de 2020.</p>
<p>VIII) Movimentar a magistrada, <u>no prazo de 90 dias</u>, os processos atualmente paralisados há mais de 100 dias (<u>590</u> feitos), conforme os dados obtidos do sistema SEI (Relatório gerado em 19/10/2020), devendo utilizar, ainda, as ferramentas institucionais de gestão da Vara, disponibilizados pelo TJCE, para efetivo controle dos processos com prazo excedido, priorizando-se o Sistema SEI, o qual possui dados parametrizados com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.</p>
<p>IX) Impulsionar a magistrada, <u>no prazo de 90 dias</u>, os processos atualmente conclusos (<u>290</u> para despacho, <u>10</u> para decisão interlocutória e <u>161</u> para sentença – Dados extraídos dos Sistemas SEI e SAJPG em 19/10/2020).</p>
<p>X) Dar a magistrada, <u>no prazo de 90 dias</u>, andamento aos feitos redistribuídos e que ainda não foram movimentados desde que foram recebidos pela 14ª Vara da Fazenda Pública.</p>
<p>XI) Impulsionar os feitos mais antigos da Unidade, alguns dos quais ainda não julgados e com ajuizamento bastante longínquo, visando o encerramento dos mesmos.</p>
<p>XII) Continuar dispensando atenção nas causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, as quais possuem prioridade legal na tramitação processual. Observou-se pequeno número de ações dessa natureza em andamento na Unidade (conforme os dados coletados tramitam <u>61</u> ações vinculadas ao Estatuto do Idoso no Juízo inspecionado – Relatório SEI gerado em 19/10/2020).</p>
<p>XIII) Imprimir maior atenção e celeridade no andamento dos mandados de segurança, uma vez que se constatou certo atraso processual (planilhamento acima) e elevado número de tais feitos em tramitação na Unidade (<u>170</u>, conforme Formulário</p>

Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade).

XIV) Designar, no prazo de 90 dias, as audiências nos processos que aguardam o (re)aprazamento dos atos, porquanto, conforme informações do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade, existem 12 feitos aguardando a mencionada designação, constatando-se, ainda, do planilhamento supra, processo em tal situação (0187093-08.2016.8.06.0001).

XV) Apreciar, no prazo de 90 dias, as liminares atualmente pendentes de análise, uma vez que, conforme informações do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade, existem 23 pleitos dessa natureza aguardando deliberação judicial.

XVI) Adoção de medidas para dar início/prosseguimento ao cumprimento de sentença com mais rapidez, uma vez que verificou-se certo atraso no particular em relação a alguns dos feitos inspecionados, conforme planilhamento supra.

XVII) Cumprir, no prazo de 90 dias, as recomendações pontuadas nos processos Inspecionados.

## 19 CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais e os dados estatísticos permitiram o exame da Unidade fiscalizada, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

A inspeção realizada na 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza revelou a existência de acervo controlado (1.655 feitos pendentes de baixa, dos quais 1.420 pendentes de julgamento – dados extraídos do Sistema SEI no dia 19/10/2020), com regular prestação jurisdicional, no geral, e diminuição de 1.206 processos, em comparação aos números da última inspeção (2.861), realizada pela Corregedoria Geral da Justiça em 16 de setembro de 2015 (processo nº 8502324-19.2015.8.06.0026).

O serviço judiciário na 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza continua a ser desempenhado pela magistrada Ana Cleyde Viana de Souza, a qual titulariza a Unidade desde 07/01/2014.

A Judicante apresenta, de modo geral, uma satisfatória produtividade em relação ao seu acervo de processos (**1.655** feitos), porquanto emitiu nos últimos 12 meses (setembro/2019 a agosto/2020 – 10 meses trabalhados), **4** acordos (média mensal de **0,4**), **644** sentenças (média mensal de **64,4**), **730** decisões interlocutórias (média mensal de **73,0**) e **2.696** despachos (média mensal de **269,6**), realizando, ainda, **7** audiências (média mensal de **0,7**).

No que se refere à Meta 1, do CNJ, esta atualmente encontra-se no percentual de **191,91%** (Relatório SEI gerado em 19/10/2020), observando-se, ainda, que foi atendida pela magistrada nos últimos 3 anos (2019 – **177,97%**, 2018 – **167,80%** e 2017 – **124,25%**).

Houve redução, sob a gestão da Dra. Ana Cleyde Viana de Souza, da taxa de congestionamento da Unidade de **75,17%** (2017) para **69,25%** (2020), sendo certo que a Meta de 2020 (68,40%) deverá ser alcançada, caso se mantenha os bons índices de produtividade que ensejaram a referida redução. Apesar dos esforços da magistrada a frente do módulo judiciário, a Meta estipulada para 2019 da taxa de congestionamento (70,80%) não foi atendida, porquanto ao final do ano passado obteve-se o percentual de **72,48%**.

O índice de atendimento a demanda de 2019 (**151,48%**) esteve acima da meta estipulada para o mencionado ano (124%), salientando-se, outrossim, que atualmente o percentual encontra-se ainda melhor, à ordem de **170,35%** (meta para 2020: 138%), com evolução progressiva do módulo judiciário.

Verifica-se, mais, que existem pequena quantidade de embargos de declaração pendentes de apreciação (**15**), de cartas precatórias (**9**) e de feitos pendentes de designação/realização de audiências (**26**), bem como poucos processos na fila “concluso – recursos” (**7**).

Deve a magistrada dispensar, no entanto, maior atenção em relação aos **590** processos paralisados há mais de 100 dias (**35,65%** do acervo), aos **235** processos julgados e não baixados (**14,20%** do acervo), aos feitos conclusos que aguardam deliberação judicial, notadamente aqueles aguardando a apreciação de liminar (**23**) e a prolação de sentença (**161**), bem como em relação aos processos inseridos nas Metas 2, 4 e 6, do CNJ, em razão do baixo percentual de atingimento no ano corrente (**15,22%**, **0%** e **10%**, respectivamente).

Importante, ainda, consignar que não foi possível realizar a inspeção de forma presencial, uma vez que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) no dia 11 de março de 2020, sendo instituído, por este motivo, de forma excepcional, o regime de teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário Cearense (Portaria nº 497/2020, DJe de 16/03/2020), ante a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservação da saúde de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e jurisdicionados em geral.

Por tal razão, fez-se também análise, no período de 23/03/2020 a 13/10/2020 (204 dias, pouco menos de 7 meses), da produtividade remota da Vara inspecionada, constatando-se satisfatória prestação jurisdicional no regime de teletrabalho – **450 julgamentos (2,20/dia), 716 baixas (3,51/dia), 644 decisões (3,16/dia) e 1.883 despachos (9,23/dia)**.

Portanto, concluídos os trabalhos inspecionais, não se detectou falhas aptas a justificar o aprofundamento da matéria no aspecto disciplinar, devendo a magistrada corrigir algumas pendências da prestação jurisdicional, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas.

Noutra vertente, forçoso o monitoramento da 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, mediante avaliação mensal da prestação jurisdicional do módulo, principalmente em relação ao julgamento dos processos que aguardam na fila de sentenças, ao cumprimento das Metas do CNJ, à redução da taxa de congestionamento e à movimentação dos feitos conclusos e paralisados há mais de 100 dias.

Portanto, **sugere-se** a Vossa Excelência que determine à Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias deste Órgão Censor o acompanhamento da 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, **pelo período de 90 dias**, com avaliação mensal dos dados relativos **ao acervo, produtividade remota da Magistrada, cumprimento das metas do CNJ, taxa de congestionamento e movimentação dos feitos conclusos e paralisados há mais de 100 dias**, bem assim a respeito do cumprimento das recomendações efetivadas neste relatório.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à Magistrada, para fins de ciência/cumprimento das recomendações realizadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 19 de outubro de 2020.

**ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR**  
Juiz Corregedor Auxiliar